



SENADO FEDERAL

PARECER

Nº 149, DE 2007

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2007, de iniciativa do Senador Edison Lobão e outros Senhores Senadores, que institui plebiscito sobre a criação do Estado do Maranhão do Sul.

RELATOR: Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**
RELATOR "AD HOC": Senador **DEMÓSTENES TORRES**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 2, de 2007, de autoria do Senador EDISON LOBÃO e outros, que *institui plebiscito sobre a criação do Estado do Maranhão do Sul*.

O projeto compõe-se de quatro artigos. O art. 1º determina a convocação de plebiscito para que o eleitorado do Maranhão decida sobre o desmembramento do território dos municípios relacionados no dispositivo para constituir um novo Estado, denominado Maranhão do Sul.

O art. 2º estipula que somente participarão da consulta popular os eleitores inscritos na Justiça Eleitoral até cem dias antes da sua realização. O art. 3º determina a ciência da aprovação do ato convocatório, pelo Presidente do Congresso Nacional, ao Tribunal Superior Eleitoral, para que adote as providências que devem anteceder à consulta popular. O último artigo veicula a cláusula de vigência do Decreto Legislativo, que se iniciará com a sua publicação.

Esclarece a justificação do projeto que a área a ser desmembrada para constituição do novo Estado compreende uma área de quase 15 mil km², o que o tornaria o quinto Estado nordestino em tamanho, com população de mais de um milhão e cem mil habitantes, distribuída por quarenta e nove municípios, tendo como capital a cidade e Imperatriz.

Segundo os autores, o desmembramento sugerido justifica-se, em síntese, por razões econômicas, históricas e culturais. No primeiro aspecto, a região sul do Maranhão tem fortes relações comerciais com outras regiões do País, o que torna seu vínculo com a atual capital do Estado menos importante do ponto de vista econômico. O norte do Maranhão, onde se situa São Luís, teve seu processo de ocupação consolidado nos primórdios da nação brasileira (séculos XVI e XVII), voltada à agricultura da cana-de-açúcar e algodão, enquanto o sul do Estado teve seu desbravamento efetivado a partir do século XIX, com ênfase nas atividades de pastoreio de gado e lavoura tradicional.

Com a construção de Brasília, o sul do Maranhão iniciou sua transformação em pólo de desenvolvimento regional. Passou a receber grande número de imigrantes e ali foram instalados grandes empreendimentos, como o Pólo Agrícola Mecanizado de Balsas e o Pólo Siderúrgico de Açailândia. Além disso, a cidade de Imperatriz consolidou-se como centro comercial e de prestação de serviços. Contudo, a região, que já conta com considerável população, não tem recebido, na opinião dos autores, a devida atenção do poder público maranhense, que concentra os investimentos em torno de São Luís, razão pela qual as demais regiões do Estado permanecem com baixos indicadores sócio-econômicos.

Por fim, ressalta a justificação que o desdobramento deverá beneficiar tanto a população do novo Estado quanto a da região remanescente do Maranhão, pois os efeitos econômicos da divisão deverão repercutir além dos limites territoriais da nova unidade. Firmes nessas razões, os autores entendem haver chegado a hora de se consultar democraticamente a população sobre a criação do Maranhão do Sul.

II – ANÁLISE

O art. 18 da Constituição Federal dispõe sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil. O § 3º do dispositivo estipula que os Estados podem desmembrar-se para formar novos Estados, *mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.*

O plebiscito é uma das formas de exercício da soberania popular, previsto no art. 14, I, da Carta Magna. Trata-se de instituto de democracia participativa, pelo qual o cidadão é chamado a atuar, diretamente, na formação dos atos de governo. No caso, o plebiscito serve para formular consulta ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa e administrativa, qual seja a criação ou desmembramento de um novo Estado.

A convocação do plebiscito, conforme dispõe o art. 49, XV, da Constituição Federal, é de competência exclusiva do Congresso Nacional, que deve fazê-lo com anterioridade ao ato legislativo, cabendo ao povo aprovar ou denegar, pelo voto, o que lhe tenha sido submetido.

A Lei nº 9.709, de 1998, regula a execução dos mecanismos de exercício da soberania popular, entre eles o plebiscito, que deve, segundo seu art. 3º, ser convocado mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional. Nesse ponto, verifica-se a adequação formal da proposição e o atendimento do requisito de iniciativa, pois o projeto vem assinado por mais do que um terço da composição do Senado Federal.

Estipula o art. 4º da referida Lei que o desmembramento de um Estado, para formação de um novo ente, depende da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvida a respectiva Assembléia Legislativa. O art. 10 esclarece que tal aprovação deve-se dar por maioria simples, de acordo com resultado homologado pelo Superior Tribunal Eleitoral.

O art. 7º da Lei, por sua vez, estabelece que, por população diretamente interessada, deve-se entender tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento. No caso, portanto, a consulta deve abranger toda a população do Estado, o que está em conformidade com o que estipula o art. 1º do Projeto, que convoca para o plebiscito todo o eleitorado do Maranhão.

Apresentamos ressalva, contudo, quanto ao art. 2º do PDS. Nele se estabelece que somente poderão participar da consulta popular os eleitores inscritos na Justiça Eleitoral até cem dias antes de sua realização. Esse prazo era o adotado pelo art. 55, § 1º, I, do Código Eleitoral (Lei nº 4.737, de 1965), como a data-limite das transferências de título eleitoral. Entretanto, o art. 91 da Lei nº 9.504, de 1997, estendeu esse prazo para cento e cinquenta dias. Dessa forma, oferecemos emenda para compatibilizar o prazo do art. 2º do Projeto com a norma vigente.

O art. 3º do Projeto determina seja dada ciência à Justiça Eleitoral da aprovação do ato convocatório, pelo Presidente do Congresso Nacional. O dispositivo coaduna-se com o art. 8º da Lei nº 9.709, de 1998, que discrimina as seguintes providências a serem, por consequência, adotadas pela Justiça Eleitoral: fixar a data da consulta popular; tornar pública a cédula respectiva; expedir instruções para a realização do plebiscito; e assegurar a gratuidade nos meio de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Quanto ao mérito do Projeto, nada temos a obstar, ainda mais se tratando de uma legítima demanda, a ser democraticamente submetida à votação popular. Com certeza, o povo do Maranhão saberá decidir pela conveniência, ou não, do desmembramento do Estado. Vale lembrar que, somente sendo favorável a consulta plebiscitária, o projeto de lei

complementar respectivo poderá ser proposto e apreciado pelo Congresso Nacional, ouvida a Assembléia Legislativa maranhense, na forma do art. 18, § 3º, da Constituição Federal e art. 4º, §§ 1º a 4º, da Lei nº 9.709, de 1998.

III – VOTO


Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2007, com a seguinte emenda:


EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao art. 2º do PDS nº 2, de 2007, a seguinte redação:

Art. 2º Somente poderá participar do plebiscito o eleitor cuja inscrição ou transferência tiver sido requerida antes de cento e cinquenta dias da realização da consulta.

Sala da Comissão, 14 de março de 2007.


Sen: Xalton Perceira, Presidente em
exercício



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PROS Nº 2 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14 10/2004 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: "AD HOC": <i>[assinatura]</i> Senador Demóstenes Torres	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)	
SERYS SLHESARENKO	1. PAULO PAIM
SIBÁ MACHADO	2. IDELI SALVATTI
EDUARDO SUPLICY	3. PATRÍCIA SABOYA GOMES
ALOIZIO MERCADANTE	4. INÁCIO ARRUDA
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. JOÃO RIBEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES	
PSOL	
	7. JOSÉ NERY
PMDB	
PEDRO SIMON	1. ROSEANA SARNEY
VALDIR RAUPP	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
JARBAS VASCONCELOS	4. PAULO DUQUE
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ADELMIR SANTANA	1. ELISEU RESENDE
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES	3. JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4. KÁTIA ABREU
ROMEU TUMA	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO
EDUARDO AZEREDO	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1- OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/03/2007.

ASSINAM O PARECER
AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2007
NA REUNIÃO Ordinária DE 14/03/2007, COMPLEMENTANDO
AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
DO ART. 3º DA LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1- Francisco de Paula
- 2- Luizellio
- 3- Luiz Jamir
- 4- Capitani
- 5- 27-01-07
- 6- [Signature]
- 7- [Signature] E. Barros Sr.
- 8- Paulo Luiz Lianberg
- 9- [Signature]
- 10- [Signature]
- 11- [Signature]
- 12- F. Colar - Fernando Colar
- 13- 2º - Marcos Pery (Mário Anta)
- 14- V. B. Lima
- 15- [Signature]
- 16- [Signature]
- 17- [Signature] Hosni. Botte
- 18- [Signature]

ASSINAM O PARECER
AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2007
NA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2007, COMPLEMENTANDO AS
ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS DO
ART. 3º DA LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- 1 – FRANCISCO DORNELLES**
- 2 – GARIBALDI ALVES FILHO**
- 3 – LÚCIA VÂNIA**
- 4- EPITÁCIO CAFETEIRA**
- 5- JOAQUIM RORIZ**
- 6- WELLINGTON SALGADO**
- 7- EXPEDITO JÚNIOR**
- 8- ROSALBA CIARLINI**
- 9- ROSEANA SARNEY**
- 10 – CÍCERO LUCENA**
- 11 – JOSÉ MARANHÃO**
- 12 – FERNANDO COLLOR**
- 13 – MÃO SANTA**
- 14 – TIÃO VIANA**
- 15 – JOÃO RIBEIRO**
- 16 – MARCONI PERILLO**
- 17 – AUGUSTO BOTELHO**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

CAPÍTULO IV
DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

.....

TÍTULO III
Da Organização do Estado
CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

.....

§ 3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

.....

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998.

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II
e III do art. 14 da Constituição Federal.

.....

Art. 3º Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com esta Lei.

Art. 4º A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas.

§ 1º Proclamado o resultado da consulta plebiscitária, sendo favorável à alteração territorial prevista no *caput*, o projeto de lei complementar respectivo será proposto perante qualquer das Casas do Congresso Nacional.

§ 2º À Casa perante a qual tenha sido apresentado o projeto de lei complementar referido no parágrafo anterior compete proceder à audiência das respectivas Assembléias Legislativas.

§ 3º Na oportunidade prevista no parágrafo anterior, as respectivas Assembléias Legislativas opinarão, sem caráter vinculativo, sobre a matéria, e fornecerão ao Congresso Nacional os detalhes técnicos concernentes aos aspectos administrativos, financeiros, sociais e econômicos da área geopolítica afetada.

§ 4º O Congresso Nacional, ao aprovar a lei complementar, tomará em conta as informações técnicas a que se refere o parágrafo anterior.

.....

Art. 7º Nas consultas plebiscitárias previstas nos arts. 4º e 5º entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento; em caso de fusão ou anexação, tanto a população da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo; e a vontade popular se aferirá pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.

Art. 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição.

I – fixar a data da consulta popular;

II – tornar pública a cédula respectiva;

III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV – assegurar a gratuidade nos meio de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

.....

Art. 10. O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente Lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.

Estabelece normas para as eleições.

Art. 91. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência será recebido dentro dos cento e cinquenta dias anteriores à data da eleição.

Parágrafo único. A retenção de título eleitoral ou do comprovante de alistamento eleitoral constitui crime, punível com detenção, de um a três meses, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade por igual período, e multa no valor de cinco mil a dez mil UFIR.

LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965.

Institui o Código Eleitoral.

CAPÍTULO II
DA TRANSFERÊNCIA

Art. 55. Em caso de mudança de domicílio, cabe ao eleitor requerer ao juiz do novo domicílio sua transferência, juntando o título anterior.

§ 1º A transferência só será admitida satisfeitas as seguintes exigências:

I - entrada do requerimento no cartório eleitoral do novo domicílio até 100 (cem) dias antes da data da eleição.

Publicado no **Diário do Senado Federal**, de 21/3/2007.